

RECEP GM/MJ
02/018/96.2
01
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700
l-oo
da

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO
DA DE BELEM, 108
Juiz de Direito em exercício
MARIO LONGMAN
Escritório
MARIO LONGMAN
FATIMA VIEIRA
substituto

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Distrito, Ener...

Estado Pernambuco
Pessoas Naturais

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Uma Zona Judiciária, em virt...

FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.

dias, inclusive com choques elétricos na vagina. Paulo de Tarso foi torturado durante 48 horas pelos carcereiros conhecidos por Inês como "Dr. Roberto", "Laecato", "Dr. Guilherme", "Dr. Teixeira", "Zé Gomes" e "Camarão". Colocaram-no no pau-de-arara, deram-lhe choques elétricos e o obrigaram a ingerir grande quantidade de sal. Durante muitas horas Inês ouviu-o suplicando por um pouco de água.

Em 08/04/1987, a revista *IstoÉ*, na reportagem *Longe do Ponto Final*, publicou declarações do ex-médico, então lotado no DOI-CODI/RJ, Amílcar Lobo, que reconheceu ter atendido Paulo de Tarso quando estava preso nas dependências do DOI-CODI/RJ, sem, no entanto, precisar a data.



LUIZ EDUARDO DA ROCHA MERLINO (1947-1971)

Número do processo: 209/96

Filiação: Iracema Rocha Merlino e Zeno Merlino

Data e local de nascimento: 18/10/1947, Santos (SP)

Organização política ou atividade: POC

Data e local da morte: 19/07/1971, São Paulo (SP)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 23/04/96, por unanimidade

Data da publicação no DOU: 25/04/96

Ainda estudante secundarista, Luiz Eduardo participou do Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE. Com 17 anos, transferiu-se para São Paulo, onde integrou a primeira equipe de jornalistas do recém-fundado *Jornal da Tarde*, onde escreveu importantes matérias sobre os índios Xavantes e sobre o "mau patrão" J.J. Abdala, proprietário da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus. Trabalhou depois na *Folha da Tarde*, liderando uma greve deflagrada nesse diário quando da decretação do AI-5 e, depois, no *Jornal do Bairro*, nos anos de 1969 e 1970.

Participou da produção do jornal *Amanhã*, editado pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Como aluno de História daquela universidade, esteve presente nas mobilizações estudantis de 1968. Fez a cobertura do 30º Congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968, como repórter da *Folha da Tarde*. Nessa época, já era militante do POC.

A partir de 1969, com o endurecimento do regime, aprofundou sua militância em atividades clandestinas de oposição, sem deixar a vida de jornalista. Em dezembro de 1970, viajou para a França para um período de estudos e contatos, sobretudo no âmbito da IV Internacional, de orientação trotskista. Participou como observador do 2º Congresso da Liga Comunista, organização francesa da IV Internacional, em Rouen.

Cinco dias depois de sua volta, utilizando passaporte legal, foi preso na casa da mãe, em Santos, em 15 de julho de 1971. Os agentes policiais estavam especialmente interessados na localização de sua namorada, Ângela Mendes de Almeida, dirigente do POC que os órgãos de segurança procuravam furiosamente. Na sede do DOI-CODI/SP, na Rua Tutóia, Luiz Eduardo foi torturado por cerca de 24 horas ininterruptas e abandonado numa solitária, a chamada "cela forte" ou "x-zero".

Apesar de se queixar de fortes dores nas pernas, fruto da longa permanência no suplício do pau-de-arara, não recebeu tratamento médico, apenas massagens acompanhadas de comentários grosseiros por parte de um enfermeiro de plantão, de traços indígenas e que respondia pelo nome "Boliviano" ou "Índio". A cena foi presenciada por vários presos políticos.

As dores nas pernas eram, na verdade, uma grave complicação circulatória decorrente das torturas. No dia 17, Merlino foi retirado da solitária e colocado sobre uma mesa, no pátio, para receber massagem em frente às celas 2 e 3. Diversos companheiros constataram o seu estado de saúde e alguns falaram brevemente com ele, que se queixava de dormência completa nos membros inferiores. Horas mais tarde, seu estado piorou e ele foi removido às pressas para o Hospital Geral do Exército, onde morreu.

A reconstituição dos fatos se deu a partir de relatos do preso político Guido Rocha, que esteve na solitária com ele e, ainda, depoimentos de Eleonora Menicucci, Ricardo Prata Soares e Laurindo Junqueira Filho, prestados na Justiça Militar. Zilá Prestes Prá Baldi declarou que o viu depois de morto, com o corpo cheio de equimoses. Rui Coelho, diretor da Faculdade de Filosofia da USP, também preso naquela unidade, foi outra testemunha do seu martírio.

Embora no atestado de óbito conste a data de 19 de julho de 1971, a morte só foi comunicada à mãe no dia 20, à noite. Na requisição de exame necroscópico, no item referente ao histórico do caso, lê-se *"no dia e hora supra mencionados (19/07/71 – 19h30 – BR-116 Jacupiranga), ao fugir da escolta que o levava para Porto Alegre (RS) na estrada BR-116, foi atropelado e em conseqüência dos ferimentos faleceu"*.

O laudo necroscópico concluiu que Merlino morreu de anemia aguda traumática por ruptura da artéria ilíaca direita. Assinado por Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini, registrava: *"segundo consta, foi vítima de atropelamento"*, versão não acatada pela CEMDP que, por unanimidade, concluiu que Luiz Eduardo morrera em função das torturas, acompanhando o voto do relator, Nilmário Miranda, que enfatizou a evidência de farsa nos comunicados oficiais.

A imprensa foi proibida de noticiar a morte, mas em 26/08/1971, *O Estado de São Paulo* publicou um anúncio fúnebre convidando para uma missa de 30º dia, que foi celebrada na Catedral da Sé no dia seguinte, com a presença de centenas de jornalistas e amigos.



JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA (1939-1971)

Número do processo: 094/96

Filiação: Maria Aleixo dos Santos e Manoel Raimundo da Costa

Data e local de nascimento: 28/12/1939, Recife (PE)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local da morte: 05/08/1971, Rio de Janeiro

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 08/02/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 12/02/1996

O ex-sargento da Marinha José Raimundo da Costa era casado com Gisélia Moraes da Costa e tinha dois filhos. Importante dirigente da VPR em 1970 e 1971, conhecido como "Moisés", participou, segundo informações dos órgãos de segurança, de várias ações armadas, inclusive do seqüestro do cônsul japonês em São Paulo. Foi morto no Rio de Janeiro, em 05/08/1971, após ter sido preso pelo DOI-CODI/RJ.

Apesar de os organismos de segurança terem conhecimento pleno sobre sua verdadeira identidade, José Raimundo foi enterrado sob identidade falsa no Cemitério de Ricardo Albuquerque. No livro de saída de indigentes do IML, ao lado de seu nome, está manuscrita a palavra "subversivo". Em 01/10/1979, seus restos mortais foram transferidos para um ossuário geral e, entre 1980 e 1981, foram levados para uma vala clandestina.

A versão oficial dos órgãos de segurança sobre a morte de José Raimundo é de que ele reagiu à prisão e foi morto por elementos da Inteligência do Exército, no dia 05/08/1971, em uma travessa próxima à rua Otacílio Nunes, no bairro carioca de Pilares. Em documento localizado no DOPS/RJ, de 05/08/71, o comissário Jayme Nascimento registra que *"às 7h – pelo telefone, o coronel Sotero, Oficial de Permanência do C.I.E, comunicou que, em uma travessa próxima à rua Octacílio Nunes, em Pilares, havia sido morto um elemento subversivo de nome José Raimundo da Costa, quando reagiu à prisão numa diligência efetuada por elementos pertencentes ao Serviço de Segurança do Ministério do Exército"*.

Entretanto, na mesma data, seu corpo deu entrada no IML/RJ, com o nome de Odwaldo Clóvis da Silva. Ou seja, apesar de já identificado como José Raimundo, sua necropsia foi lavrada com falsa identidade pelos legistas Hygino de Carvalho Hércules e Ivan Nogueira Bastos,